
RECURSO EDITAL CONCORRÊNCIA N 001/2020

De : Klair Ines Velozo Tombini
<klair_velozo@hotmail.com>

qua, 19 de ago de 2020 16:31

 6 anexos

Assunto : RECURSO EDITAL CONCORRÊNCIA N 001/2020

Para : sgel@al.mt.gov.br, Roberta Deon Sette
<roberta_d7@hotmail.com>

Boa Tarde,

Segue anexo ao presente e-mail o recurso, tempestivo, interposto pela empresa NATALYA TOMBINI VELOZO ME, CNPJ nº 29.028.025/0001-85, conforme demanda o item 13 do edital.

Por gentileza confirmar o recebimento desse e-mail.

Atenciosamente,

 **recurso.zip**

935 KB

 **OAB ROBERTA (1).pdf**

312 KB

 **CNH NATALYA.pdf**

6 MB

 **Certidao-29028025000185-202008180232 (1).pdf**

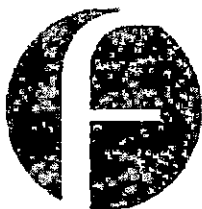
23 KB

 **FALÊNCIA (1).pdf**

22 KB

 **DOC NATALYA TOMBINI.pdf**

926 KB



Fábrika do Sorn

RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação – Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Ref.: LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2020.

NATALYA TOMBINI VELOZO-ME, com sede rua Sidonio de Moraes, n 11, quadra 147, bairro Alberto Aanelas, Várzea Grande/MT, CNPJ/MF nº 29.028.025/0001-85, neste ato representada por sua procuradora devidamente credenciada e qualificada nos autos do certame licitatório a Senhorita Roberta Deon Sette, OAB/MT 23.220, vem, tempestivamente, com fulcro nos artigos 27, III, artigo 31, II, e artigo 109, I, da Lei nº 8.666/93, bem como o artigo 37 da Constituição Federal e o item 13 do edital, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

No dia 17/07/2020, as 8h30min, conforme demanda o edital da concorrência nº 001/2020, a recorrente esteve presente no certame licitatório por meio de representante

NATALYA TOMBINI VELOZO-ME CNPJ 29.028.025/0001-85, RUA SIDONIO DE MORAES N 11
QUADRA 147 BAIRRO ALBERTO CANELAS VARZEA GRANDE MT CEP 78135385 FONE DE

N
AS

legal, que esta subscreve, para participação com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a recorrente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou a Certidão de Falência e Concordada prevista no item 9.7, alínea "a" do edital, conforme publicação do Diário Oficial datada de 12 de agosto de 2020.

Ocorre que, essa decisão não se mostra consentânea com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II - DAS RAZÕES DA REFORMA

A Comissão de Licitação ao considerar a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal, senão vejamos:

De acordo com o item 9.7, alínea "a" do edital, - dispositivo tido como violado -, a licitante deveria juntar documento de: "Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas".

Em atenção a essa exigência, a recorrente apresentou documento expedido pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, Certidão nº 5184517, emitida em 14/07/2020, certificando que não constam ações relacionadas a falência e concordata em desfavor da recorrente até a data da emissão da presente certidão.

Tal documento, ao contrário do decidido pela Comissão de Licitação, atende ao exigido no edital e é o que prevê na Lei 8.666 em seu artigo 31, II, conforme disposto abaixo:

Art.31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira
limitar-se-á a:

NATALYA TOMBINI VELOZO-ME CNPJ 29.028.025/0001-85, RUA SIDONIO DE MORAES N 11
QUADRA 147 - BAIRRO ALBERTO CANELAS VARZEA GRANDE MT CEP 78135385 FONE DE

N
RDS

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Ademais, a exigência de qualquer certidão ou documento além do prevista no rol taxativo da Lei de Licitações e Contratos 8.666/1993, por si só, nos permite concluir que o edital da licitação extrapolou os limites legais, afrontando o princípio da competitividade, que dispõem a proibição a inserção de qualquer cláusula ou condição que comprometa o caráter competitivo da licitação ou que estabeleça preferências (inteligência dos artigos 37 da CF combinado com o artigo 3º, parágrafo 1º da 8.666)

Logo, é fato que tal exigência editalícia não possui respaldo e muito menos amparo no próprio regulamento de Licitações e Contratos.

Outrossim, não é diferente o entendimento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas da União, conforme elencado abaixo:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PATRIMONIAL. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA. INABILITAÇÃO INJUSTA. SEGURANÇA DEFERIDA. I - Nos termos do inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/93, a certidão negativa de falência ou concordata ou de execução patrimonial são os únicos documentos exigidos para a qualificação econômico-financeira da empresa interessada em participar da licitação pública, de modo que a exigência de outra documentação configuraria, na espécie, formalidade excessiva ou desnecessária. II - Ademais, registre-se, por oportuno, que a certidão negativa de falência e concordata é bastante para comprovação, em procedimento licitatório, de regularidade patrimonial da pessoa jurídica, exigindo-se certidão negativa de execução patrimonial, quando se tratar de pessoa física, o que não é a hipótese dos autos. III - Apelação e remessa oficial desprovidas. Sentença confirmada. (TRF-1 - MAS: 00003551520094013400. Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRIDENTE, Data

de Julgamento: 12/08/2013, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 06/09/2013) (grifo nosso).

RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.506 - SC (2016/0128288-1).
RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA.
RECORRENTE : SULCATARINENSE MIN ARTEF DE CIM BRIT
E CONSTRUÇOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : FRANCISCO RANGEL EFFTING LEANDRO
BELLO FELIPE LOLLATO E OUTRO(S) GABRIEL
BARTOLOMEU FELÍCIO LAUANA GHIORZI RIBEIRO
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA. ADVOGADO :
SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS. INTERES: CASAAVERDE
INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA DECISÃO Trata-se
de recurso especial interposto por SULCATARINENSE
MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E
CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) contra
acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim
ementado: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO
JUDICIAL. PEDIDO DE PROCESSAMENTO QUE FOI
DEFERIDO. PRETENSÃO, AINDA, DE CONCESSÃO DE
CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA
PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. IMPOSSIBILIDADE.
INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 52, INCISO II, DA LEI N. 11.101,
DE 9.2.2005, E 31, INCISO II, DA LEI N. 8.666, DE 21.6.1993.
ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO QUE COLOCARIA A
AGRAVANTE EM POSIÇÃO MAIS VANTAJOSA DO QUE OS
DEMAIS LICITANTES, ASSIM SENDO AGREDIDO O PRINCÍPIO
DA ISONOMIA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS
FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO" (fl. 209, e-STJ). Em
suas razões recursais, a requerente alega violação dos arts. 47 e 52, II,
da Lei nº 11.101/2005 e 321, II, da Lei nº 8.666/1993, além de dissídio
jurisprudencial. Afirma que seu faturamento "(...) é pautado,
praticamente, em quase 100% (cem por cento) em obras públicas, obras
estas contratadas mediante a participação em certames licitatórios. E,
para tanto, os procedimentos de licitação exigem a certidão negativa
de falência ou concordata, nos termos do artigo 31, II da Lei

NATALYA TOMBINI VELOZO-ME CNPJ 29.028.025/0001-85, RUA SIDONIO DE MORAES N 11
QUADRA 147 BAIRRO ALBERTO CANELAS VARZEA GRANDE MT CEP 78135385 FONE DE

8.666/93, que prevê: Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; De plano, nota-se que se levado a efeito o dispositivo legal acima citado, literalmente, a Recorrente, agora diante do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, nem ao menos estaria elegível a qualquer licitação. Todavia, a Recorrente SULCATARINENSE - maior empreiteira do Estado de Santa Catarina - está em recuperação judicial por conta do atraso do Estado nos pagamentos dos contratos e, ao revés, o próprio ESTADO - personificado pelo 'Juiz', vem impedir de participar do certame, por conta de uma lei ultrapassada, que fala da concordata (frise-se: não é o mesmo instituto), quando foi ele ESTADO quem deu causa a crise financeira vivenciada pela Recorrente. Quanto ao propalado problema de liquidez, referido na indigitada decisão agravada, foi, em tese, elidido justamente pela Recuperação Judicial. Veja-se que o artigo 52, inciso II da Lei 11.101/05 menciona contratação, ao prever que o juiz deferirá o processamento da recuperação e, no mesmo ato, determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o poder público. Ou seja, a LRF previu a possibilidade de empresas em recuperação contratarem com o Poder Público, só continuam obrigadas a apresentar certidões negativas de débitos fiscais. É somente a CND. Não há restrição unicamente por estar em recuperação judicial. Ora, se o legislador quisesse impedir as recuperandas de participar de licitações, porque colocaria tal previsão no artigo que trata justamente do deferimento da recuperação? A única ressalva é ter ou não CND, e não certidão específica de recuperação judicial, algo que obviamente nunca seria possível obter" (fls. 238-239, e-STJ). Pleiteia, ao final, a possibilidade de participação em licitação pública sem a apresentação de certidão específica de recuperação judicial. Houve pedido de tutela de urgência às fls. 361-383, e-STJ. É o relatório. DECIDO. A tese recursal está em saber se empresa em recuperação judicial poderia ser dispensada da apresentação da certidão de recuperação judicial tratada no inciso II do art. 31 da Lei nº 8.666/1993, considerando os fins do

instituto elencados no art. 47 da Lei nº 11.101/2005. Narram os autos que a SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) requereu ao Juízo da recuperação judicial, em tutela antecipada, que fossem "(...) dispensadas da apresentação de certidão de recuperação judicial para participarem de licitações" (fl. 18, e-STJ). O magistrado singular, ao negar o pedido, consignou: "(...) Assim, denota-se que o meio escolhido pelos autores é inadequado para análise deste pedido, pois, na hipótese de os demandantes entenderem que possuem o direito de não apresentação do documento, deverão pleitear em cada situação específica, no juízo competente, no qual será analisado cada caso em concreto, oportunizando-se o exercício do contraditório e da ampla defesa em relação aos interessados. Ademais, a própria 11.101/2005 dispõe que o juiz, ao deferir o processamento da recuperação judicial, 'determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios' (art. 52, 11)" (fl. 18, e-STJ-grifou-se). O Tribunal estadual confirmou a decisão de piso, registrando que a Lei nº 8.666/1993 "(...) instituiu normas gerais para a realização de procedimentos licitatórios e contratação com a Administração Pública, exige, dentre os documentos necessários para a qualificação das empresas licitantes, a apresentação de certidão negativa de falência ou concordata (hoje recuperação judicial)" (fl. 211, e-STJ-grifou-se). Aquela Corte afirmou ainda: "(...) Além de não encontrar respaldo na legislação, a pretensão da agravante, de recebimento de certidão negativa genérica, autorizando-a a participar indistintamente de quaisquer ditames licitatórios, ofende o princípio da isonomia, uma vez que lhe asseguraria uma condição especial, não extensível aos demais licitantes. Ademais, considerando que a relação jurídica eventualmente formada entre o vencedor do certame e a administração pública envolve diretamente o interesse público, a necessidade da apresentação da certidão negativa, ora pleiteada, deverá ser analisada caso a caso, em cada procedimento licitatório que a agravante participar" (fl. 211, e-STJ-grifou-se). Nota-se que a instância ordinária concluiu que o meio

N

escolhido pelos autores não é o mais adequado para análise deste pedido e que a necessidade da apresentação da certidão negativa deverá ser analisada caso a caso, em cada procedimento licitatório que a agravante participar. Correto tal entendimento. O pedido de dispensa de apresentação de certidão deve ser apreciado no caso concreto, pelo juízo competente, caso a Administração lhe negue o direito pleiteado. O que se pede, na hipótese, de fato extrapola a competência do Juízo recuperacional, disposto na Lei nº 11.101/2005. Ademais, nota-se que tais fundamentos, suficientes por si sós para manter a decisão recorrida, não foram impugnados pelo recurso especial, o que atrai, por analogia, a aplicação da Súmula nº 283/STF. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial. Prejudicado o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso de fls. 361-672, e-STJ. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 29 de agosto de 2016. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator (Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 20/09/2016).

(...) 10. Essa situação permite concluir que o edital da licitação extrapolou os limites legais, afrontando, ademais, o princípio da competitividade. 25. É fato que a exigência não tem amparo na Lei 8.666/1993 nem no próprio Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, de modo que não poderia constar do edital do certame. Além disso, não parece, a princípio, que o recurso tenha sido descabido para questionar a inabilitação, visto que tal meio tem como um dos seus objetivos, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, resguardar que as decisões tomadas estejam conforme os ditames legais aplicáveis ao caso concreto. No caso presente, está sendo atacada justamente uma exigência indevida do instrumento convocatório. (...)¹

Assim, resta nítido e amplamente respaldado nas jurisprudências supracitadas que o documento apresentado pela recorrente é legal e está em conformidade com a lei de licitação e contratos, sendo proibida a exigência de qualquer outro documento que não conste no rol taxativo e expresso da Lei 8.666, artigo 27, III e artigo 31, II, parágrafo 1º.

¹ Trechos extraídos da decisão do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TC 013.444/2015-8. Procurador Geral Paulo Soares Bugarin.

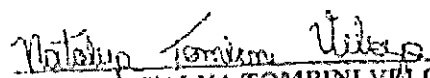
III - DO PEDIDO

Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, declarando-a HABILITADA.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese da não reconsideração, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos, pede deferimento.

Cuiabá/MT, 06 de julho de 2020.


NATALYA TOMBINI VELOZO
RG:2143207-4
CPF:060.573.341-40
CNPJ nº :29.028.025/0001-85
Razão Social :NATALYA TOMBINI VELOZO-ME
Nome de Fantasia:FABRICANDO SOM
e-mail:Klair_velozo@hotmail.com


Roberta Deon Sette
OAB/MT nº 23.220



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 5253864

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que revendo os registros, **EM ANDAMENTO E ARQUIVADOS**, de distribuições de ações cíveis de **FALÊNCIA E CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, INVENTÁRIO, EXECUÇÃO FISCAL, AÇÕES POSSESSÓRIAS, TUTELA, CURATELA, INTERDIÇÃO, EXECUÇÃO CIVIL e DIREITOS REAIS** e criminais de **EXECUÇÃO PENAL, IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CRIME MILITAR DA JUSTIÇA COMUM e AÇÕES PENAS COM RESPEITO AO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, no período de 1 ANO NÃO CONSTAM ações MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de **NATALYA TOMBINI VELLOZO**, portador do CNPJ 29.028.025/0001-85, até a data de 18/08/2020.

Observações:

As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

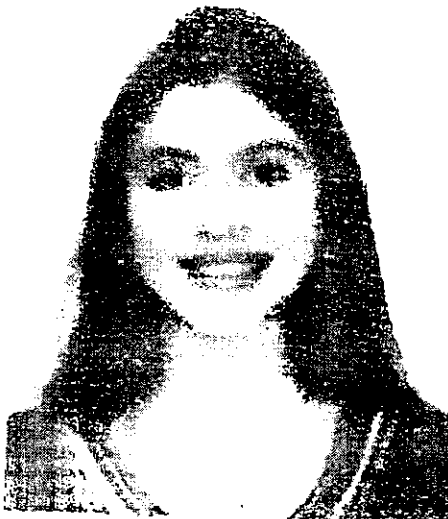
A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: **sec.tjmt.jus.br**, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
NATALIA TOMBINI VELOZO



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
21432074 BPP MT

CPF
060.573.341-40

DATA NASCIMENTO
26/05/1997

FILIAÇÃO
AGNEL BUENO VELOZO
CLAIR INES TOMBINI

PERMISSÃO
PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

REGISTRO
00705083861

VALIDADE
19/09/2017

1ª HABILITAÇÃO
20/09/2016

OBSERVAÇÕES

A

Natalia Tombini Velozo

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CUIABA, MT

DATA EMISSÃO
20/09/2016

Fernando Martin Lopes
Diretor de Habilitação - Detran/MT
ASSINATURA DO EMISSOR

38643400621
MT621990442

DETRAN - MATO GROSSO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1302927607

PROIBIDO

1302927607

DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL EDITORIAL SOBRE PROGRAMAÇÃO

De forma a atender o disposto no artigo 8º-B, §2º, IV da Instrução Normativa ANCINE nº 91/2010, a (razão social/denominação do agente econômico), inscrita no CNPJ sob o nº 029.028.025/0001-85, registrada na ANCINE sob nº (número de registro ANCINE), neste ato representada por NATALYA TOMBINI VELOZO, identidade 2143207-4 e cpf 060573.341-40 e proprietária, declara que clair ines tombini velozo, brasileira casada portadora do Cpf. 361.506.571-91 e RG 553.8084 5Sp MT ger. Comercial (nome completo e qualificação do responsável editorial.: é o responsável editorial pelo(s) seguinte(s) canal(is) de programação:

Youtube
Facebook
Instagram

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responsabilidade civil e penal, conforme art. 299*, do Código Penal Brasileiro.

**art. 299, do CPB - Falsidade Ideológica - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.*

Varzea grande ML.

Natalya Tombini Velozo
NATALYA TOMBINI VELOZO-ME

CNPJ 029.028.025/0001-85

CPF 060.573.341-40

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

Handwritten signature

REPORT OF SPECIAL AGENT IN CHARGE
OF THE FIELD OFFICE

TO THE DIRECTOR, FBI
FROM THE SAC, [illegible]

SUBJECT: [illegible]

RE: [illegible]

DATE OF REPORT: [illegible]

FILE NO. [illegible]

UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION

Handwritten signature



REPORT OF SPECIAL AGENT IN CHARGE
OF THE FIELD OFFICE

TO THE DIRECTOR, FBI
FROM THE SAC, [illegible]

SUBJECT: [illegible]

 ԿՐԹԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ ԵՎ
 ԳԻՏՈՒԹՅԱՆ ՄԻՆԻՍՏԵՐԱՆ
 ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ
 ԿՐԹԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ ԵՎ ԳԻՏՈՒԹՅԱՆ
 ՄԻՆԻՍՏԵՐԱՆԻ ԿԱԶՄԵՆՏԱՆԻ ՄԻՋԻՆԻՍՏԵՐԱՆԻ

1. **Nome** _____
 2. **Nome** _____
 3. **Nome** _____
 4. **Nome** _____
 5. **Nome** _____
 6. **Nome** _____
 7. **Nome** _____
 8. **Nome** _____
 9. **Nome** _____
 10. **Nome** _____
 11. **Nome** _____
 12. **Nome** _____
 13. **Nome** _____
 14. **Nome** _____
 15. **Nome** _____
 16. **Nome** _____
 17. **Nome** _____
 18. **Nome** _____
 19. **Nome** _____
 20. **Nome** _____
 21. **Nome** _____
 22. **Nome** _____
 23. **Nome** _____
 24. **Nome** _____
 25. **Nome** _____
 26. **Nome** _____
 27. **Nome** _____
 28. **Nome** _____
 29. **Nome** _____
 30. **Nome** _____
 31. **Nome** _____
 32. **Nome** _____
 33. **Nome** _____
 34. **Nome** _____
 35. **Nome** _____
 36. **Nome** _____
 37. **Nome** _____
 38. **Nome** _____
 39. **Nome** _____
 40. **Nome** _____
 41. **Nome** _____
 42. **Nome** _____
 43. **Nome** _____
 44. **Nome** _____
 45. **Nome** _____
 46. **Nome** _____
 47. **Nome** _____
 48. **Nome** _____
 49. **Nome** _____
 50. **Nome** _____
 51. **Nome** _____
 52. **Nome** _____
 53. **Nome** _____
 54. **Nome** _____
 55. **Nome** _____
 56. **Nome** _____
 57. **Nome** _____
 58. **Nome** _____
 59. **Nome** _____
 60. **Nome** _____
 61. **Nome** _____
 62. **Nome** _____
 63. **Nome** _____
 64. **Nome** _____
 65. **Nome** _____
 66. **Nome** _____
 67. **Nome** _____
 68. **Nome** _____
 69. **Nome** _____
 70. **Nome** _____
 71. **Nome** _____
 72. **Nome** _____
 73. **Nome** _____
 74. **Nome** _____
 75. **Nome** _____
 76. **Nome** _____
 77. **Nome** _____
 78. **Nome** _____
 79. **Nome** _____
 80. **Nome** _____
 81. **Nome** _____
 82. **Nome** _____
 83. **Nome** _____
 84. **Nome** _____
 85. **Nome** _____
 86. **Nome** _____
 87. **Nome** _____
 88. **Nome** _____
 89. **Nome** _____
 90. **Nome** _____
 91. **Nome** _____
 92. **Nome** _____
 93. **Nome** _____
 94. **Nome** _____
 95. **Nome** _____
 96. **Nome** _____
 97. **Nome** _____
 98. **Nome** _____
 99. **Nome** _____
 100. **Nome** _____
 101. **Nome** _____
 102. **Nome** _____
 103. **Nome** _____
 104. **Nome** _____
 105. **Nome** _____
 106. **Nome** _____
 107. **Nome** _____
 108. **Nome** _____
 109. **Nome** _____
 110. **Nome** _____
 111. **Nome** _____
 112. **Nome** _____
 113. **Nome** _____
 114. **Nome** _____
 115. **Nome** _____
 116. **Nome** _____
 117. **Nome** _____
 118. **Nome** _____
 119. **Nome** _____
 120. **Nome** _____
 121. **Nome** _____
 122. **Nome** _____
 123. **Nome** _____
 124. **Nome** _____
 125. **Nome** _____
 126. **Nome** _____
 127. **Nome** _____
 128. **Nome** _____
 129. **Nome** _____
 130. **Nome** _____
 131. **Nome** _____
 132. **Nome** _____
 133. **Nome** _____
 134. **Nome** _____
 135. **Nome** _____
 136. **Nome** _____
 137. **Nome** _____
 138. **Nome** _____
 139. **Nome** _____
 140. **Nome** _____
 141. **Nome** _____
 142. **Nome** _____
 143. **Nome** _____
 144. **Nome** _____
 145. **Nome** _____
 146. **Nome** _____
 147. **Nome** _____
 148. **Nome** _____
 149. **Nome** _____
 150. **Nome** _____
 151. **Nome** _____
 152. **Nome** _____
 153. **Nome** _____
 154. **Nome** _____
 155. **Nome** _____
 156. **Nome** _____
 157. **Nome** _____
 158. **Nome** _____
 159. **Nome** _____
 160. **Nome** _____
 161. **Nome** _____
 162. **Nome** _____
 163. **Nome** _____
 164. **Nome** _____
 165. **Nome** _____
 166. **Nome** _____
 167. **Nome** _____
 168. **Nome** _____
 169. **Nome** _____
 170. **Nome** _____
 171. **Nome** _____
 172. **Nome** _____
 173. **Nome** _____
 174. **Nome** _____
 175. **Nome** _____
 176. **Nome** _____
 177. **Nome** _____
 178. **Nome** _____
 179. **Nome** _____
 180. **Nome** _____
 181. **Nome** _____
 182. **Nome** _____
 183. **Nome** _____
 184. **Nome** _____
 185. **Nome** _____
 186. **Nome** _____
 187. **Nome** _____
 188. **Nome** _____
 189. **Nome** _____
 190. **Nome** _____
 191. **Nome** _____
 192. **Nome** _____
 193. **Nome** _____
 194. **Nome** _____
 195. **Nome** _____
 196. **Nome** _____
 197. **Nome** _____
 198. **Nome** _____
 199. **Nome** _____
 200. **Nome** _____
 201. **Nome** _____
 202. **Nome** _____
 203. **Nome** _____
 204. **Nome** _____
 205. **Nome** _____
 206. **Nome** _____
 207. **Nome** _____
 208. **Nome** _____
 209. **Nome** _____
 210. **Nome** _____
 211. **Nome** _____
 212. **Nome** _____
 213. **Nome** _____
 214. **Nome** _____
 215. **Nome** _____
 216. **Nome** _____
 217. **Nome** _____
 218. **Nome** _____
 219. **Nome** _____
 220. **Nome** _____
 221. **Nome** _____
 222. **Nome** _____
 223. **Nome** _____
 224. **Nome** _____
 225. **Nome** _____
 226. **Nome** _____
 227. **Nome** _____
 228. **Nome** _____
 229. **Nome** _____
 230. **Nome** _____
 231. **Nome** _____
 232. **Nome** _____
 233. **Nome** _____
 234. <

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**
Certifica o Registro em 31/10/2017 sob nº 51102144178
Protocolo: 37956316-5 de 25/10/2017
NIRE: 51102144178
NATALYA TOMBINI VELOZO
CPF: 051EA-2946A-AACC3-C3679-32387-0866Z-QA18F-18AB4
Goiás, 07/11/2017

Juízo Frederico Muller Neto
Secretário Geral

DECLARAÇÃO PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DE AGENTE ECONÔMICO QUANTO A
INDEPENDÊNCIA



Razão Social: Natallya Tambini Velozo
CNPJ: 29.028.025/0001-85

Declaro, por meio de representante abaixo qualificado, para fins de classificação de agente econômico quanto à independência, nos termos da Lei nº 12.485/11 (art. 2º, incisos XVIII e XIX):

1 - Vínculo com Programadora (aquela que realiza a atividade de seleção, organização ou formatação de conteúdos audiovisuais apresentados na forma de canais de programação)

- ☒ NÃO ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico programador; OU
☐ Ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico programador.

2 - Vínculo com Empacotadora (aquela que realiza a atividade de organização, em última instância, de canais de programação em pacotes, a serem distribuídos a assinantes)

- ☒ NÃO ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico empacotador; OU
☐ Ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico empacotador.

3 - Vínculo com Distribuidora (aquela que realiza a distribuição do sinal de programação para os assinantes de TV paga)

- ☒ NÃO ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico distribuidor; OU
☐ Ser controladora, controlada ou coligada* a agente econômico distribuidor.

4 - Vínculo com TV Aberta

- ☒ NÃO ser controladora, controlada ou coligada* a concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens; OU
☐ Ser controladora, controlada ou coligada* a concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens.

5 - Vínculo de exclusividade (Anexo III da Instrução Normativa ANCINE nº 91)

- ☒ NÃO possuir vínculo de exclusividade junto a qualquer outro agente econômico para a produção de conteúdo audiovisual que possa ser enquadrado como espaço qualificado nos termos do artigo 2º, XII, da Lei 12485/11; OU
☐ Possuir vínculo de exclusividade junto a qualquer outro agente econômico para a produção de conteúdo audiovisual que possa ser enquadrado como espaço qualificado nos termos do artigo 2º, XII, da Lei 12485/11.

6 - Indicação de Responsável Editorial

A responsabilidade editorial dos conteúdos produzidos* é exercida por:

*Caso não seja uma produtora, deverá indicar aquele que exerce o controle, em última instância, do agente econômico.

Nome: Natallya Tambini Velozo

CPF: 060.573.341-40

Nacionalidade: ☒ Brasileira nata ☐ Brasileira naturalizada (data da naturalização: ___/___/___)

Declaro, por fim, serem verdadeiras as informações prestadas, neste termo, sob pena de responsabilidade civil e penal, conforme art. 299 do Código Penal Brasileiro, e ter ciência do dever de comunicar imediatamente à ANCINE, em caso de alteração das informações acima declaradas e outras que impliquem a classificação.

U.600 12 de Junho de 2020
(Cidade, data)

Natallya Tambini Velozo
Assinatura do representante legal
Nome: Natallya Tambini Velozo
CPF: 060.573.341-40

* Instrução Normativa ANCINE nº 91, Art. 1º, inciso XLIV - Pessoa Jurídica Coligada - A pessoa jurídica na qual o investidor detém influência significativa. Presume-se ocorrer a coligação quando o investidor for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante do investido, sem controlá-lo. Também serão consideradas coligadas, duas ou mais pessoas jurídicas cujo capital votante for detido, direta ou indiretamente, em pelo menos 20% (vinte por cento), por uma mesma pessoa natural ou jurídica. XLV - Pessoa Jurídica Controlada - A pessoa jurídica na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confirme os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 29.028.025/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/10/2017
NOME EMPRESARIAL NATALYA TOMBINI VELOZO - ME		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FABRICANDO SOM		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente		
CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 21.5 - Empresário (Individual)		
CEP 73.000	NUMERO 11	COMPLEMENTO QUADRA147
Bairro/Distrito COHAB CANELLAS	MUNICÍPIO VARZEA GRANDE	UF MT
E-MAIL FABRICACONTABILIDADE@HOTMAIL.COM		TELEFONE (65) 3685-8979
ENTRADA EM SITUAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (REFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/10/2017
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 08 de maio de 2016.

Página: 1/1

Emitido no dia 10/11/2017 às 11:01:00 (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
Atualize sua página



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO Nº: 5184517

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que revendo os registros, EM ANDAMENTO E ARQUIVADOS, de distribuições de ações cíveis de FALÊNCIA E CONCORDATA e criminais do 1º Grau de Jurisdição do Estado de Mato Grosso, no período de 1 ANO NÃO CONSTAM ações MOVIDAS POR ou em DESFAVOR de NATALYA TOMBINI VELOZO, portador do CNPJ 29.028.025/0001-85, até a data de 14/07/2020.

Observações:

As informações do nome e CNPJ acima são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário e confirmada a autenticidade.

A consulta abrange todos os processos cadastrados na base de dados da primeira instância estadual, tanto cíveis quanto criminais, distribuídos na Justiça Comum ou nos Juizados Especiais.

A autenticidade da referida certidão pode ser verificada por meio do endereço: secc.tjmt.jus.br, no campo "verificar autenticidade de 1º grau", informando o número da certidão, CNPJ e nome, em até 3(três) meses após sua expedição.

Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão.



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MATO GROSSO

IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME

ROBERIA DEON SETTE

PAIS

LADEMIR SETTE

MARLI TERESINHA DEON SETTE

ESTADO

LIBERATO SALZANO-RS

RG

14368735 - SSP/MT

GRADUACAO DE GRACIOSO E TECNICOS

NÃO DECLARADO

DATA DE NASCIMENTO

16/01/1962

CPF

023 752.341-09

VALIA EXERCICIO EM

01 11/04/2017

inscricao

23220/O

LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS
PRESIDENTE

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.956/84)



IDENTIDADE DO TITULAR



CAB

TEM SE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 12879459